

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-6-2020.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e vinte e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Karen Santos, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Mauro Zacher, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cassiá Carpes, Mauro Pinheiro, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cassio Trogildo e Ricardo Gomes. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudio Janta, Mauro Pinheiro e Ricardo Gomes. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Reginaldo Pujol. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, por deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, temos 29 vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Há quórum legal. Consulto o Diretor Luiz Afonso se há expediente a ser anunciado além da Ordem do Dia, amplamente distribuída para os colegas vereadores, que desde ontem estão recebendo essa nominata dos nove projetos que se encontram na ordem para serem analisados a partir de hoje; algum outro expediente?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, não temos nada para ser apregoado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Bom, nessas condições, renovando que a nossa reunião de hoje é submetida às regras regimentais, antes de pedir a abertura da Ordem do Dia, eu consulto se as lideranças pretendem se utilizar a palavra, o que lhes seria facultado regimentalmente e é por nós integralmente respeitado. Há inscrições neste sentido, Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós temos a inscrição do Ver. Aldacir Oliboni, e acho que a Ver.^a Cláudia Araújo quer se manifestar.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PDS): Eu só queria fazer um questionamento ao nosso Presidente com relação às votações, antes de entrarmos na Ordem do Dia para apreciarmos os vetos: como ficariam os procedimentos de votação, se vamos ter alguma alteração de resolução, como vai ser, porque, em princípio, acordamos que votaríamos somente projetos relacionados à pandemia, os nossos projetos e tudo mais. Eu vi que estão para entrar nas próximas pautas projetos do prefeito. Eu queria que o Presidente nos dissesse como vai ficar, se vamos trabalhar com um sistema simplificado, se vai ser normal, como vai ser, porque, em princípio, teria que ter uma decisão da Mesa Diretora, das lideranças, porque nós, inclusive nesta semana, não tivemos reunião do Comitê de Crise. Eu queria que o Presidente nos colocasse como vai ficar isso.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Cláudia Araújo levanta uma questão que julgávamos, de certa forma, já ter enfrentado na abertura dos trabalhos. A reunião de hoje tem como única grande alteração as circunstâncias de que a votação não será presencial, porque, no resto, estamos cumprindo todas as regras do Regimento, porque, sem limpar a pauta, sem retirar esses projetos que hoje se encontram trancando a pauta, não temos condições de cogitar o retorno das reuniões, que, além das dificuldades que são quase que insuperáveis neste momento – eu diria até insuperáveis no presente momento, quer física, política ou administrativamente falando –, temos essa impossibilidade jurídica de encaminhar a votação de qualquer outra matéria que não aquela que está trancando a pauta, isto é, os vários vetos, nove vetos, um dos quais, se me parece, na Casa há mais de 90 dias. Então, nós estamos segurando, toda votação da Casa não consegue andar em função desses vetos. Expliquei isso de início, que nós estamos, ousadamente, alterando só nesse particular, porque vamos admitir, inclusive, que os encaminhamentos sejam feitos de acordo com o Regimento da Casa, num período de cinco minutos para cada um dos oradores. Julgo que esclareci esse particular; agradeço a sempre atilada Ver.^a Cláudia Araújo, que nos interroga neste momento, o que nos possibilita esse esclarecimento suplementar e, se necessário for, será complementado por outros tantos. Por enquanto muito obrigado pela atenção.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Eng^o Comassetto quer se manifestar.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, diretor; levando em consideração a sua fala, Presidente, em relação aos vetos que temos acordo que estão ali no topo, tem uma questão que nos estranha, nos causa surpresa, porque há 11 projetos ainda relacionados com a Covid-19, de diversos vereadores que apresentaram, e que passaram pela CCJ anteriormente à votação daquela

resolução que deu um novo ordenamento. E, na votação no novo ordenamento, conduzida pelo senhor, nós fizemos um acordo para que todos os projetos que já haviam entrado antes daquela resolução transitariam normalmente, sem a incidência da resolução. Todavia esses projetos não vêm para a Ordem do Dia, e o senhor mesmo, na semana passada, clamava por que apresentássemos os projetos para votação. Eu estava aguardando, estou aguardando, há um que entendo que o acordo que nós fizemos politicamente, quando votamos a devida resolução que veio da CCJ, encaminhada pela Mesa, que o acordo está valendo. Então, consultei o líder da minha bancada, Ver. Adeli, que diz que nada mudou em relação aquele acordo. Então, consulto sobre isso porque creio que logo após os vetos deveriam entrar estes projetos, mesmo antes do trâmite normal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu não vou responder integralmente à sua questão de ordem porque acertamos que a definição pode ser tomada em outro momento, na medida em que seja absolutamente necessário que liguemos a pauta com a votação desses vetos, os quais estão trancando a nossa pauta. Vossa Excelência argumenta muito bem. Existem casos diversificados e de situações que estão com tramitação normal, há outros, pela decisão da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhados para outra forma de enfrentamento. Eu estou num compromisso com V. Exa. que, sem dúvida nenhuma, além dos vetos, não serão tomadas outras posições sem que antes haja um entendimento na Casa que retire uma situação de absoluta prioridade que tem... (Problemas técnicos no som.) ...projeto que foram colocados ou em votação, ou ao exame da Casa, dentro do que estabelece esse Regimento especial que nos autoriza a deliberar da forma que hoje estamos deliberando. No presente momento, não está sendo alterado em nada, porque, em qualquer circunstância, se nós quiséssemos votar outro tipo de votação sem que houvesse uma manifestação nossa, especialmente do Comitê de Crise, nós estaríamos sempre amarrados nesses vetos que estão efetivamente trancando a pauta. Então, Ver. Comassetto, fique tranquilo, não iremos além daquilo que nos parece que é permitido, desejado e, sobretudo, recomendado para que façamos no presente momento. Limpe a pauta. Obrigado pela atenção, Vereador.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, e colegas vereadores. A minha pergunta se refere aos procedimentos técnicos a partir dessa modificação das nossas reuniões virtuais. Até então, a partir do sistema de deliberação remoto, nós estávamos focados exclusivamente na votação de pautas e projetos referentes ao enfrentamento da crise do Covid-19. Se nós, agora, vamos enfrentar vetos impostos pelo Executivo à projetos de lei que tramitaram no passado durante os processos normais, nós estaríamos voltando, retornando aos procedimentos tradicionais que determinam o nosso Regimento Interno. Eu pergunto ao Presidente e também ao diretor legislativo, Luiz Afonso, se isso não vai automaticamente anular o nosso processo do sistema de deliberação remoto, porque, se

voltarmos a tramitação normal, nós não podemos mais ter esse sistema que, de certa forma, acelera, agiliza os processos e permite que venham à pauta projetos de uma forma bastante célere. Então, o entendimento que eu tenho: colocados os vetos para enfrentamento, nós estaríamos voltando justamente ao sistema tradicional, em que os projetos teriam que fazer o enfrentamento e as discussões dentro das comissões atinentes; os processos deveriam correr pauta e tudo mais. Então, essa é a dúvida que me bate agora, neste momento, com relação a essa modificação. Até agora, estávamos focados no enfrentamento do Covid. Agora, enfrentando os vetos, voltamos ao processo original, ao tramite normal dos projetos e abandonamos o sistema de deliberação remoto? Esse é o questionamento que eu faço.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Diante da sua posição, eu vou procurar não justificar, mas clarear de forma ampla o que nos move no momento. Na verdade, eu quero acentuar que, no entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, com a nossa concordância, não existe, no momento, nenhum projeto pendente de deliberação remota que estivesse priorizado. Lembro V. Exa. inclusive que não realizamos a sessão que deveríamos ter realizado na quinta-feira exatamente porque, dos quatro projetos que estavam em condições de ser priorizados, a três foi solicitado que se ficasse resguardada a possibilidade de que oportunamente eles pudessem ser recolocados na priorização da qual eles saíram a pedido dos vereadores interessados, ou seja, dos proponentes. E de um dos projetos houve a retirada expressa requerida e obviamente deferida por nós, que era a vontade expressa do autor, e era o projeto que estaria em condição de ser deliberado, com isso, ficamos sem nenhum projeto com condições de ser votado na segunda-feira, razão pela qual não realizamos a reunião de segunda-feira. Surge esse fato começado por nós e que ainda que nós entendemos que não temos condições físicas, administrativas e políticas de voltarmos a chamadas votações presenciais, decisões presenciais, a Casa não tem... (Problemas técnicos no som.) ...viabilizar uma forma, não tem se encontrado condições físicas da Casa de se ter uma reunião dentro do espírito da política de isolamento que o Município de Porto Alegre aderiu, e que a Casa também aderiu com muita seriedade. Então, tendo em vista que em qualquer circunstância... (Problemas técnicos no som.) ...que estou narrando ou se houvesse condições de retornar à votação presencial, essa teria que ser claramente precedida do enfrentamento desses vetos – e assim estabelece o Regimento da Casa... (Problemas técnicos no som.) ...nós entendemos, ouvindo inclusive a Comissão de Constituição e Justiça, que seria oportuno que nós enfrentássemos, desde logo, os nove vetos existentes na Casa e que as outras coisas que estão pendentes, uma das coisas inclusive priorizados na ordem de votação desde o mês de março do corrente ano, anteriores ao sistema que estávamos considerando até então, se encontram com condição que sejam amplamente encaminhados para votação e deliberados. Tudo isso eu já expliquei na manifestação que eu fiz na questão de ordem do Ver. Comassetto, e nada altera a circunstância que... (Problemas técnicos no som.) ...prevaleça em qualquer circunstância a votação, primeiro, dentro do período da nossa resolução, aquelas que tiverem em condições de ser votadas e priorizadas pelos seus autores, segundo, aqueles

que determina a Lei Orgânica, que, de forma muito categórica, estabelece que o veto se antecipa a qualquer outra matéria que possa ser debatida. Então, vereador, a colocação que nós fizemos no sentido de reconhecendo as dificuldades práticas que hoje existem para buscarmos uma alteração... Concluo dizendo que estamos buscando uma solução prática, porque que em qualquer circunstância temos que necessariamente enfrentar, cedo ou tarde, os nove vetos existentes, porque esses são, na nossa linguagem, trancadores da pauta, que fica imóvel. Enquanto nós não decidirmos sobre eles, não adianta querermos enfrentar outros projetos, porque esses têm a prioridade regimental e orgânica e, por isso, nós estamos realizando essa tentativa e esperando ser compreendidos pelos colegas que são, ao final e ao cabo, os detentores do maior poder dentro da Casa, integrantes desse sodalício que, por maioria, pode inclusive determinar a interrupção desse nosso processo, o que faria com que nós, respeitosamente, discordássemos, mas suspendêssemos a realização dessa presente sessão que está sendo realizada, precedida dessas informações que estou, mais uma vez, reiterando no momento. Agradeço ao Vereador Líder do PSOL pela sua oportuna intervenção e reafirmo essa circunstância em cima da qual foi convocada extraordinariamente a Casa nesse dia de hoje, deliberar remotamente sobre matérias que já foram devidamente instruídas e que são trancadoras da pauta. Era isso, Prof. Alex. Obrigado pela sua colaboração.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Reginaldo Pujol; colegas vereadores e aqueles que estão nos assistindo nesta sessão virtual. Através da Liderança da oposição, a qual estou utilizando, quero pedir a gentileza, Presidente, de convocarmos o Presidente da FASC e o secretário municipal da educação, e digo as razões pelas quais estamos pedindo a convocação. A alimentação escolar, em Porto Alegre, é adquirida através de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, mais conhecido pelo PNAE. Esse fundo repassa às Prefeituras e aos Estados recursos para a compra de alimentação tanto para Prefeituras como para o Estado através do número de estudantes que o Município ou o Estado tem. Esse recurso vem para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A fiscalização desses recursos, se está sendo empenhado ou não, é feita pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar, que é composto pelos professores, pelos estudantes e pelos pais dos estudantes. Sob nenhuma hipótese esse recurso ou essa alimentação adquirida por esse fundo pode ser desviado, ele não pode ser emprestado.

Ainda, no tempo da pandemia, pela Lei Federal nº 13.987/2020, que também acompanha a Resolução nº 02/2020, autoriza os Municípios e o Estado a transferirem essa alimentação comprada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em *kits* para os estudantes da rede municipal. Acontece que o governo municipal distribuiu em três meses apenas 1.400 *kits*. Sabem quantos alunos têm a rede municipal? Cinquenta mil alunos. O governo deveria ter distribuído 150 mil *kits*. Somente no mês de fevereiro, o governo municipal recebeu R\$ 3,8 milhões para compra

desses *kits* de alimentação. Por essa razão justa, nós queremos que o secretário municipal da educação e o presidente da FASC digam algo sobre isso, porque, me parece, está claro e documentado que toda a alimentação que tinha em estoque a Secretaria Municipal de Educação emprestou ou cedeu para a FASC. Primeiro, não pode, não poderia. A FASC vai devolver isso? Por outro lado, não que sejamos contra doar alimentação em tempo de dificuldade, mas acontece que essa alimentação – os 1.400 *kits* e as mais de 4 mil toneladas que tinham em estoque – não chegou no seu destino devido, por lei federal, aos estudantes da escola municipal, da escola infantil, do ensino médio e do ensino fundamental. Por essa razão, nós, da oposição, entramos no Ministério Público de Contas pedindo que o governo se manifeste a respeito disso, porque, lamentavelmente, o governo Marchezan, até o momento, não emitiu nada para essas crianças e nem para suas famílias. Quem assumiu parte desse espaço e dessa função de, enfim, tirar a fome das pessoas – se fosse pelo governo, estavam passando muita fome – foram as entidades, as ONGs que se organizaram, os cidadãos, suprindo parte dessa doação ou dessa função que o próprio Município deveria ter, e agora o governo está anunciando algo de novo que vai fazer pós-pandemia. E aí a gente pergunta: onde está indo o recurso que ele está recebendo do Programa Nacional de Alimentação Escolar? Lamentavelmente, nós precisamos que o governo se pronuncie, que o Líder do Governo se pronuncie, mas que, acima de tudo, a própria Secretaria Municipal de Educação diga, para concluir, nobre Presidente, precisamos que o secretário venha à Câmara, numa sessão virtual, que o presidente da FASC venha à Câmara para dizer onde foi doada essa alimentação cedida ou emprestada da Secretaria Municipal de Educação para a FASC, e a FASC diga para nós para quem entregou, porque a grande maioria dessas famílias, desses estudantes, infelizmente, não receberam os *kits* de alimentação escolar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde a todos. Ou daqui, ou se fosse pela tribuna da Câmara, ou de qualquer outro lugar, diria a mesma coisa: não se engana o prefeito e não engana a população, muito menos a nós. Sua entrevista, numa emissora, hoje, dizendo que relação dele com a Câmara está bem é uma piada de muito mau gosto, péssimo gosto, e nós vamos nos manifestar em todos os meios possíveis e imagináveis para que a gente tire essa cortina de cretinice da frente de nós, entre nós e o prefeito, entre o prefeito e o povo, entre a Câmara e o povo. Não tem conversa, não tem discussão, o prefeito tenta nos enganar o tempo inteiro, os vetos que nós vamos ver, que nós vamos analisar são uma demonstração de que ele faz perseguição política a quem não concorda com ele. Isso mesmo, perseguição política, algo asqueroso na política moderna. Quando nós temos que estar defendendo o estado democrático de direito, o prefeito, que fala em nome da democracia, bombardeia a Câmara, fala de 20 projetos,

projetos inovadores, teve três anos e meio e agora vem fazer demagogia. Não, é inaceitável, não podemos concordar com esse tipo de comportamento.

Ele não faz a fiscalização dos serviços terceirizados, é um escândalo que a todo final de mês, início de mês, dezenas de pessoas que são de uma empresa chamada Multiclean, que presta serviços nas escolas, em lugares de difícil acesso, a empresa não paga na hora, não há controle, não há nada. Esse Adriano Naves de Brito é uma piada, é um sujeito que aterrissou em Porto Alegre e se acha o rei da cocada, fez uma exposição na Prefeitura, dois dias atrás, de um sistema novo, quando não dialoga com a Procempa. Agora o prefeito quer tirar o que é mais caro na Procempa, que é a companhia da cidade, para a cidade, que colocou internet nas escolas, que poderia ser amplificada para as comunidades, e o prefeito agora vem com esse novo projeto. Não, isso não dá para aceitar, não dá para aceitar a periferia, além disso que o Ver. Oliboni colocou, da merenda escolar. Não há controle. Eu já cobrei várias vezes aqui: onde está o controle? O governo se cala, a base do governo se cala, o prefeito se cala porque comprou a mídia, sim, gastou R\$ 35 milhões para tapar a boca da imprensa de Porto Alegre e para fazer demagogia. É inaceitável, é intolerável nos dias de hoje aceitar isso de parte do prefeito municipal. Não! Não tem jeito mesmo. Nós vamos às últimas consequências, por isso não pense o prefeito que nós vamos dar condições de ele continuar a fazer demagogia. Onde está o respeito com a Câmara Municipal? Ele não responde pedido de providências, não responde pedido de informações, não há transparência. Tem três ou quatro secretarias que você procura pelo secretário, procura um *e-mail*, procura alguma coisa e não acha. Ele acha que a Câmara será omissa? E não me venham com esse papo de que nós estamos em trabalho remoto, de que nós não estamos agindo. Não! Hoje em dia a gente fala com o Zezinho das couves, do Timbaúva, com o celularzinho que ele tem. Nós vamos atrás das pessoas, nós estamos em campo, nós estamos agindo. Não usem esses instrumentos para nos torpedear na Câmara de Vereadores, de jeito nenhum! Por isso, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós vamos continuar sendo oposição a esse governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, mais uma vez, colegas vereadores, agradeço aos meus colegas de bancada pela oportunidade de falar em nome do PSOL. Eu gostaria de fazer uma comunicação para os demais integrantes desta Casa Legislativa que muito me entristece. Todos acompanharam a votação, na metade de dezembro do ano passado, daquele fatídico projeto que demandou horas de entendimento e muitas discussões sobre a eleição dos diretores das nossas escolas municipais. Eis que uma grande quantidade de direções eleitas em novembro do ano passado ainda não foi empossada. O secretário de educação, o Sr. Adriano Naves de Brito, está sentando em cima dessas nomeações com uma alegação muito cretina.

Infelizmente eu não consigo achar outro termo para definir a atitude da Secretaria Municipal de Educação. Cretinice é o que mais claramente retrata a situação, porque a SMED exigiu um curso de capacitação para os diretores e vice-diretores das escolas, ela forneceria esse curso. Nós tentamos colocar uma emenda ao projeto que quaisquer outros cursos de gestão e administração escolar pudessem contemplar essa exigência, cursos esses que são oferecidos inclusive em título de especialização e pós-graduação. O secretário foi inflexível neste ponto, fincou o pé e disse que o curso fornecido pela SMED era o que tinha a qualidade, porque atendia às demandas da nossa rede municipal própria. No início deste ano a SMED ofereceu duas turmas para os profissionais da educação e muitas das pessoas que se inscreveram tiveram a inscrição negada, por isso não foi dada ainda a posse para essas direções eleitas. A argumentação que a SMED oferece para esses profissionais é a seguinte: “Olha, a inscrição de vocês não foi homologada porque nós vamos dar preferência àquelas escolas que ainda não realizaram o processo eleitoral”. Eis que está tudo parado, muitas das escolas que tinham oferecido para os postulantes a direção não tiveram os seus processos eleitorais por conta da pandemia, e as escolas que já tinham realizado os processos, que já eram para ter as suas direções empossadas trabalhando, principalmente agora que a SMED firma um contrato de oferecimento de plataforma virtual para atender alguns dos nossos alunos – e o termo que eu uso é alguns, porque a criança não tem acesso a recursos digitais, não tem acesso à internet e banda larga e vão sofrer exclusão digital –, esses profissionais, os diretores e diretoras que foram eleitos e que foram na Câmara conversar com vereadores de todas as bancadas, ainda estão sem a posse. Agora a SMED prorroga o mandato das direções posteriores por mais 90 dias. Era o provisório que está se tornando definitivo. E nesses 90 dias são essas direções provisórias que vão receber o treinamento e a capacitação para lidar com essas plataformas digitais. Isso não é racional, isso não é coerente, isso mostra uma total e completa incapacidade administrativa por parte da equipe que ocupa a SMED atualmente. Se existem direções eleitas, oferecido o curso, até mesmo pela modalidade EAD – porque a SMED disse que ia oferecer agora, neste momento, um curso EAD, o curso não saiu ainda e não há previsões para inscrição e para que justamente esses profissionais possam se qualificar, pelo visto, vão ficar sendo empurrados com a barriga e suas gestões não vão começar –, eis que, treinada uma equipe provisória, quando houver o curso EAD e quando houver essas nomeações, vai ter retrabalho na SMED. Vão ter que fornecer novamente capacitação para as direções que serão, daqui a pouco, empossadas. Concluo – Ver. Reginaldo Pujol, muito obrigado –, solicitando aos nossos colegas da Comissão de Educação que façamos uma reunião para tratar desse tema, porque isso é um desrespeito com as comunidades escolares. Esta Casa Legislativa tem que ficar muito atenta para que o Executivo não cometa essas barbaridades em nome de problemas burocráticos. Um grande abraço a todos e deixo aqui o meu desabafo em nome da bancada do PSOL. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, colegas vereadores, boa tarde; estou aqui escutando atentamente os pronunciamentos, as questões de ordem que já foram ditas aqui pelos colegas vereadores e pelo Presidente. Eu início, Presidente, me dirigindo à V. Exa., pois já passei por esse cargo e sei da responsabilidade de dirigir a nossa Casa e fazer com que tramitem os projetos para que nós possamos dar agilidade, rapidez, tanto no debate quanto na análise, no aprofundamento, porque é aquilo que a sociedade espera de todos nós. Então, eu quero ressaltar aqui que, da minha parte, e tenho certeza de que da parte da bancada do PDT, V. Exa. tem todo o respaldo. No entanto, Presidente, nós temos alguns questionamentos. Eu acho que, para que nós possamos enfrentar matérias que não dizem respeito ao momento, nós teríamos que alterar a nossa resolução, e isso me parece que não foi feito. Embora V. Exa. tenha usado o Regimento, tenha usado art. 140, de que as sessões são públicas, eu quero recordar um fato muito recente que nós tivemos num episódio da votação de um projeto que dizia respeito às carreiras dos nossos servidores, no qual houve briga, teve Brigada Militar, briga com os sindicatos, enfim, e, por determinação do presidente no momento – pelo que me recordo era o Ver. Valter –, houve o fechamento para que nós tivéssemos sessões fechadas naquele momento. Foi justamente com esse artigo que este vereador ingressou e conquistou uma liminar que garantiu que a votação fosse aberta, justamente com o art. 140. Quero fazer a ressalva de que eu não me sinto confortável, Presidente, embora entenda toda a sua dedicação, a sua vontade de que as coisas andem, justamente nós podemos falar e falamos reservadamente na iniciativa de que nós votássemos, e eu retirei o meu da priorização porque entendia que o Executivo não nos dava resposta e tinha muito a ver com o Executivo. Posteriormente, aquela questão da CCJ também limitou a apreciação de projetos, e eu fiz aqui um questionamento porque achava que a CCJ ganhava poderes numa decisão política e não somente jurídica. Eu mesmo tive uma análise do meu projeto, depois teve análise de um outro projeto diferente com objeto muito parecido.

Faço essa análise, Presidente, porque acho que, primeiro, nós temos que alterar a nossa resolução; segundo, acho que ficaríamos vulneráveis juridicamente, trago aqui um exemplo daquela vez em que era para termos sessões fechadas, e a Justiça determinou que fosse aberta. Evidentemente que vivemos num momento de pandemia, de necessidade de isolamento, então, eu acho que nós temos de costurar um pouco mais, eu acho que não está maduro para que a gente faça isso sem alteração da resolução, que haja uma concertação política. E acho necessário demais, porque não é possível que a gente acabe acompanhando só pela imprensa os projetos que o prefeito Marchezan coloca no colo da Câmara, como se fosse a nossa responsabilidade. Quero recordar aos colegas que, anteriormente, durante o recesso, encaminhou uma série de projetos sem nenhum amparo técnico, como se ele tivesse encontrando soluções meramente em projetos, sem audiência pública, e ele estava na praia, estava descansando na praia com a sua família, no seu do seu direito, e nós convocados em pleno recesso. Não nos trouxe

nenhum problema, nós voltamos e não foi aprovado em detrimento de que obviamente não tinha solidez... (Problemas técnicos no som.)

Eu quero fazer uma pergunta, queria convocar o líder do governo, que certamente falará depois de mim, se já não está na hora – depois já de quase três meses que nós estamos com sessão remota – de o prefeito vir aqui conversar conosco, dialogar? Eu acho que é um momento em que a gente pode construir, expor as dificuldades, porque, na verdade, a votação dos projetos que estão trancando a pauta, os vetos do próprio prefeito, é necessária para que o governo venha aprovar projetos que queira, porque me parece que o prefeito Marchezan quer mandar para Câmara projetos que tratem do transporte público, da previdência dos servidores.

Então, Presidente, eu finalizo agradecendo e dizendo que eu compreendo perfeitamente o seu papel, sou solidário a encontrar caminhos, mas acho que nós temos que tratar inicialmente da resolução, e acho necessário que o prefeito Marchezan compareça à sessão para dialogar com os 36 vereadores, não apenas para trazer os seus projetos e as suas intenções em relação à cidade. E finalizo colocando essas ponderações, lembrando de que nós tivemos uma liminar no ano passado que foi concedida a este vereador justamente porque impedia o acesso público presencial aqui na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PDT): Boa tarde, Presidente; boa tarde senhoras e senhores vereadores, diretor Luiz Afonso e assessorias que nos acompanham. Eu quero avaliar um pouco essa questão da retomada da avaliação dos vetos. (Problemas técnicos no som.) ...pessoal que é o seguinte entendimento: nós aprovamos uma resolução que tem o mesmo *status* do Regimento da Casa para tratarmos, num rito diferenciado, dos projetos relacionados à pandemia. Nós não temos hoje mais nenhum projeto priorizado no rito da resolução, até temos projetos na Ordem do Dia, mas é de outorga de cada proponente priorizar ou não esses projetos. De outra parte, nós temos a Lei Orgânica do Município que estabelece prazo para apreciação dos vetos e também estabelece prazo para apreciação daqueles projetos que são encaminhados com regime de urgência constitucional, ou seja, que são superiores tanto ao Regimento, quanto à resolução que aprovamos, que tem o mesmo *status* do Regimento. A ideia que o Presidente tem colocado é a de que voltemos, como já retornou a Assembleia Legislativa, a apreciar todos os tipos de projetos. Será necessária, sim, uma nova resolução quando formos apreciar os projetos no rito ordinário que não tenham a prioridade da Lei Orgânica. Para chegarmos a essa etapa, é necessário que limpemos a pauta. Mesmo que aprovemos uma resolução que trate dos projetos que não têm relação com a pandemia, de todos os projetos dos vereadores e tudo mais, para podermos apreciá-los, como é na condição presencial, a pauta tem que

estar limpa, os vetos devem ter sido apreciados. Então o que está propondo o Presidente é que nós adiantemos, para isso, nós estamos usando o Regimento da Casa... (Problemas técnicos no som.) Por isso, não é necessária uma nova resolução para este momento. Para a apreciação dos vetos, será, sim, necessária – repito – uma nova resolução que vai ser aqui discutida, como o Presidente sempre fez, com o Comitê de Crise; depois será votada pelo plenário para então termos um regimento para tramitação virtual dos projetos não relacionados à pandemia, ou seja, daqueles projetos que têm um rito ordinário na Casa. Para isso, as comissões têm de estar funcionando, a Casa está buscando essa alternativa de possibilitar as condições para que as comissões funcionem. Claro que também é verdade que, logo após os vetos, nós temos já 385 ou 390, se eu não me engano, projetos que estão na Ordem do Dia, que, com uma nova resolução, Ver. Mauro Zacher, que tocou na questão de que precisa uma nova resolução... (Problemas técnicos no som.) ...o rito constitucional ou o da Lei Orgânica; com uma nova resolução, esses projetos que já estão na Ordem do Dia ordinária também poderão ser priorizados, então. Mas o que escutei do Presidente, quando nos consultou, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, é que a Casa quer se preparar inclusive para novas iniciativas, como já está fazendo a Assembleia Legislativa do Estado, porque não temos ainda um horizonte de sabermos se daqui a 20 dias, se daqui a um mês ou se daqui a 60 dias teremos condições de retornarmos presencialmente. Então, só para sublinhar, a posição que tenho é a de que para a avaliação dos vetos nós estamos usando o Regimento da Casa e a ferramenta virtual; para apreciarmos os demais projetos, pelo rito ordinário, aí, sim, precisaremos de uma nova resolução que será, como sempre foi, tratada no Comitê de Crise e depois, então, transformada em projeto de resolução da Mesa Diretora e deverá ser votada no plenário. Por isso, não entendo nenhum empecilho para que já possamos ir limpando a pauta, que é apreciar os vetos.

Só para finalizar, eu acho que a questão que foi levantada, quanto à questão das sessões serem públicas, logicamente que, se isso, em momento de pandemia, fosse obrigatório, não poderíamos ter votado nenhum projeto, nem os que estavam pela égide da resolução específica da pandemia. Obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Questão de Ordem.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Na minha fala, falei sobre a convocação do Secretário Municipal de Educação. Eu entendi que V. Exa. falou que era uma manifestação intempestiva. Eu gostaria de fazer, então, um requerimento com base na alínea i do § 3º do art. 95 do Regimento...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Oliboni, por gentileza, V. Exa. terá a oportunidade de apresentar o seu requerimento, mas não como

questão de ordem, Vereador. Questão de Ordem é para colaborar com o andamento dos trabalhos. O requerimento de V. Exa. será assegurado. Tão logo o tenha formulado, poderá apresentá-lo, e, oportunamente, ele será apreciado. Como questão de ordem, não posso permitir que V. Exa. justifique o seu requerimento. Perdoe-me, mas são questões da ordem processual.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, em sessões anteriores, tanto o Ver. Bosco quanto o Mauro Zacher solicitaram comparecimento de determinado secretário nesse espaço, antes da Ordem do Dia. Eu lhe pergunto em que momento posso fazer esse requerimento, se nós estamos no espaço adequado?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): No período que antecede a entrada na Ordem do Dia. Os requerimentos, de acordo com o que estabelece o Regimento da Casa, têm um momento para ser apreciado e são antecédidos por outras circunstâncias. Eu lhe peço perdão, tenho grande consideração por V. Exa., respeito esse pensamento, a sua posição como líder da oposição tem de ser considerada, porque é uma oposição muito responsável, mas eu não posso, numa questão de ordem – é isso o que estou querendo dizer – botar em discussão o seu requerimento e começar a ouvir os argumentos que são a favor do mesmo e que são, certamente, judiciosos, como sempre é o trabalho feito por V. Exa. No momento oportuno, poderá fazê-lo.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu gostaria, então, que V. Exa. desse o mesmo tratamento – desculpa Presidente – que deu aos demais vereadores: de poder ver a possibilidade, com líder do governo, de o secretário de educação vir a uma sessão virtual falar sobre os recursos do Fundo Nacional de Alimentação Escolar e, inclusive, sobre o que ele acabou de anunciar esta semana, sobre o qual o Ver. Alex acabou de falar, da implementação do programa à distância.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em atenção à V. Exa., que é uma pessoa pela qual tenho muito apreço e muito respeito, digo que V. Exa. terá, com relação a esse assunto, o mesmo tratamento que estou procurando dar ao Ver. Mauro Zacher e ao Ver. João Bosco Vaz com relação aos requerimentos; V. Exa. reitera um pedido já existente, que é a presença do secretário de educação para expor determinados assuntos, e, especialmente, o Vereador líder do PSOL tem insistido muito para que isso ocorra. Oportunamente, isso ocorrerá, fique tranquilo. Faço isso não só em atenção a V. Exa., mas por que é correta sua posição. Está deferido. Estamos procurando acertar com as autoridades as datas em que eles possam vir e nas quais nós tenhamos condições de ouvi-los e de debater esse levantamento que V. Exa. reitera neste momento. Obrigado pela sua colaboração.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu que agradeço, Presidente. Obrigado!

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos os colegas vereadores. Eu parto do seguinte pressuposto: a resolução que nós aprovamos e referendamos em duas reuniões de Mesa e de líderes e pelo plenário é bem clara: nós trataremos de projetos sobre a Covid-19. Ela é bem clara e não tem outra interpretação, tanto que, na própria CCJ, nós recebemos vários projetos, demos pareceres contrários e eu dei pareceres contrários a projetos. E dou o exemplo do último, um projeto do Ver. Cláudio Conceição que era sobre a limpeza semestral dos ares-condicionados dos ônibus. Então, ela é bem clara. Tem veto, por exemplo, o do projeto dos guardadores de automóveis, que está na Câmara desde bem antes de nós entrarmos na questão de somente trabalhar virtualmente. Então, eu quero dizer o seguinte: ou nós fizemos as coisas como foram feitas até agora, com o colégio de líderes, com o plenário, tomando as decisões, senão não dá. Aí não tem como! A resolução tem o mesmo poder do Regimento da Casa, ela foi determinada por todos nós em plenário, determinada pelo colégio de líderes. Nós temos, desde que começou a pandemia, vetos que iriam trancar a pauta e, em quase todas as reuniões nossas, a gente falou que teríamos e temos que enfrentar esses vetos. Então, a resolução está vigorando e ela é bem clara: nós vamos votar, discutir e tratar somente projetos relacionados à pandemia. Para nós mudarmos isso, temos que fazer uma nova reunião dos membros desta Casa e mudar isso. Eu já proponho até que a gente volte a funcionar, na segunda-feira, normalmente. Se nós vamos começar a funcionar normalmente, não tem necessidade nenhuma de nós ficarmos *on-line*. Eu quero o meu direito, como parlamentar, de usar o plenário; quero o meu direito, como parlamentar, de usar o tempo de liderança do meu partido; eu quero o meu direito de parlamentar de estar com a minha assessoria, de ter as condições técnicas de discutir o restante dos projetos. Agora, eu acredito que nós estamos funcionando em cima de uma resolução – volto a afirmar – aprovada por plenário desta Casa. Nós discutimos, a CCJ, depois, fez uma nova resolução até sobre os projetos na CCJ e o Plenário aprovou. Eu acredito que nós devemos respeitar esses critérios, devemos respeitar estes espaços que a Casa sempre deu. Seria uma proposição que pode vir da Mesa, que pode chegar ao colégio de líderes e ir ao plenário. Agora, o que está vigorando, até agora, é a resolução da Covid-19, que estabelece que nós iríamos tratar – volto a afirmar, Sr. Presidente e membros da Mesa – exclusivamente de projetos referentes à Covid-19. Temos de tratar dos vetos? Temos. Então, vamos voltar a nossa normalidade presencial. Nós não estamos em condições técnicas de discutir esses vetos, pois precisamos de projetos, precisamos de uma série de documentos da nossa assessoria. Eu estou em casa e acredito que vários estão em casa, hoje, tratando das questões da Câmara. Nós deveríamos ter tido uma reunião, na segunda-feira, não tivemos, projetos foram retirados, e nós podíamos ter feito uma reunião como fizemos várias reuniões da Mesa Diretora, do colégio de líderes e com o plenário para tratar de diversos assuntos que necessariamente não precisava ter Ordem do Dia, não precisava ter projeto para nós votarmos. Então, acho que nós iniciarmos uma votação na quinta-

feira, que nós temos projetos vinculados à Covid-19, porque nós vínhamos votando gradativamente aí há mais de mês; com relação aos vetos, eu acho que nós realmente estamos atropelando a democracia desta Casa, estamos atropelando as instâncias desta Casa, e inclusive, o colégio de líderes e a mais alta instância desta Casa que é o plenário. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Existe mais alguma liderança que queira se manifestar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há mais inscrições, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Diretor Legislativo, eu peço que V. Sa. verifique se nós temos quórum para ingressarmos na Ordem do Dia. Como Presidente da Casa e na condição de presidente dos trabalhos, se houver a possibilidade de ingresso na Ordem do Dia, antes que ela se efetive, provavelmente, eu devo uma justificativa perante a Casa das razões da nossa posição. Eu quero tranquilizar todos, dizendo que não estamos ao arrepio de nenhuma legislação; muito pelo contrário, estamos agindo conforme o Regimento da Casa, especialmente na resolução, que foi muito bem lembrada pelo nosso querido vereador, líder do Solidariedade, na sua manifestação. Eu precisaria de algum tempo para, em conjunto, levantar quatro situações que foram colocadas. Por gentileza, verifique se há quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um pequeno detalhe, Presidente: nós teríamos que inverter a ordem, porque, pela ordem de hoje, o período de Comunicações seria antes.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Bom, eu volto a reafirmar o encaminhamento que eu fiz, a Questão de Ordem, eu acho que nós temos que decidir, Sr. Presidente, colegas vereadores, antes de entrarmos em qualquer Ordem do Dia. Nós temos que decidir, temos projetos que estão aí, se eu não engano, são uns cinco ou seis projetos vinculados à Covid-19 para nós votarmos. Eu já aproveito e faço um apelo aqui, se for mantida essa posição do Presidente, que a gente não dê quórum, porque nós temos que resolver essa questão; nós temos um regimento, uma resolução clara que foi aprovada pelo plenário da Casa, pelo plenário da Casa, clara! Eu só quero que entendam, quem está nos assistindo, as sessões são públicas, são passadas pela internet, todo mundo tem acesso, as pessoas até entram em contato conosco, eu só quero reafirmar isto: se nós vamos voltar a trabalhar... Hoje nós estamos na quinta-feira, nós temos até segunda para botar em prática as questões de higienização, de preparar o plenário para nós voltarmos a funcionar. Agora, nós não temos condições de ir contra a

resolução que nós aprovamos em plenário. Nós votamos ela aqui para o plenário da Casa decidir, essa resolução, e essa resolução tem o poder do Regimento, tanto que nós alteramos a resolução. Nós tivemos que fazer três resoluções, uma permitindo que nós fizéssemos reuniões virtuais, é uma coisa; ótima essa resolução. Outra resolução: que nós iríamos tratar somente de projetos relativos à Covid-19. Aí depois foi feita uma outra, onde a CCJ botou alguns critérios durante o processo da Covid-19, de como seria a análise dos processos na CCJ, e dizendo que iríamos, e foi referendado duas semanas atrás, que nós iríamos tratar somente matérias da Covid-19. Volto a dizer, tem temas que são importantes. Agora, para nós não cairmos numa briga judicial, para nós não cairmos numa esfera, que vale a resolução, que não vale a resolução, e se não vale a resolução, tudo que foi aprovado não tem validade... Sei lá, para nós não cairmos numa discussão judicial, eu acho importante mudarmos a resolução, nós revertermos a resolução, levarmos isso para o plenário, que é o pleno da Casa. Seria isso que eu queria falar em liderança do meu partido e dizer que, se nós vamos entrar em Ordem do Dia para votar os vetos, sem determinar a questão dar, o Solidariedade não dá apoio.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Temos a inscrição do Ver. Cassiá Carpes para uma Comunicação de Líder.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de conceder a palavra ao Ver. Cassiá Carpes, em liderança, repito: se ingressarmos na Ordem do Dia, nós teremos a oportunidade, na parte da sessão em que existe a possibilidade real de deliberação, de sustentarmos a legalidade e a regimentalidade da posição que estamos propondo à Casa e que ela poderá aceitar ou não – a Casa é soberana. Se entenderem que nós não devemos continuar nessa reunião, não enfrentar os vetos, é a Casa quem decide. Mas isso será na oportunidade.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, quero saudar todos. Eu, na realidade, não ia expressar a minha opinião, mas há a necessidade. Nós estamos com alguns problemas de alguns grupos na Casa que estão comandando o processo, e isso não é bom. Também concordo com a maioria dos vereadores, me parece que esse sistema, Presidente, esgotou – o virtual se esgotou. Estamos há dias sem votar nada; o Comitê de Crise não se reúne mais; as lideranças não... (Problemas técnicos no som.) ...mais opinião, ficamos sabendo pelos jornais... (Problemas técnicos no som.). Eu peço aos meus colegas que não retirem o quórum, queremos votar "sim" ou "não". Nós temos aí os vetos, se não for desse modo, vai ser do outro, vai trancar igual, e nós vamos ter que votar. É claro que tem gente que tem interesse, foi vetada a emenda dele e assim do outro. Nós temos a questão do teto, que o prefeito mandou; talvez algum vereador que naquela oportunidade votou de uma forma, quem sabe agora vote de outra, tem toda a liberdade, mas nós temos que votar. Temos os vetos, temos aquele veto do projeto de abertura do comércio e transparência, que nós temos que votar... (Problemas técnicos no

som.) Quem é contra, vote contra; eu sou da tese que muitos vão votar contra; não vou votar contra só para votar contra, vou analisar projeto por projeto, e acho que a nossa bancada tem que fazer assim, e o que achar necessário vai votar. Mas uma coisa eu peguei do prefeito hoje de manhã, ele conversou com os vereadores. Mas peraí, como se aqueles vereadores que conversaram com ele, aceitaram tudo, para votar... (Problemas técnicos no som.) Quer dizer, o prefeito, eu o senti, espertamente, se colocando mais humilde um pouco, mas já dizendo que decidiu praticamente com os vereadores. Mas quais vereadores, quem é essa base dele? É verdade! Ele não administrou três anos, e agora quer fazer tudo neste ano! A gente tem que ter muito cuidado para não cair em fria. Sou daqueles que entendem que, com todas as preocupações, a Câmara deveria voltar; a Assembleia, malandramente, em um dia votou presencial... O Rio Grande do Sul é outra história, Porto Alegre é outra história, já tem aí 81% praticamente curados... (Problemas técnicos no som.) Cada um tem um parecer sobre isso, sobre aquilo, mas eu preciso, eu quero votar! Vamos votar “sim”, vamos votar “não”, mas devemos votar. Do jeito que está, estamos regredindo! Esgotou esse sistema, Presidente, me desculpe, é a minha opinião! E tenho certeza, opinião de muitos. Esgotou, precisamos voltar ao presencial. Eu até hoje não sei qual foi a decisão da reunião que decidiu para o dia 19, onde está, passaram para os vereadores? Eu, como líder do PP, não recebi. Li no jornal que íamos voltar dia 19. Assim não dá, esgotou esse sistema, Presidente, me desculpe!

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Pujol... (Problemas técnicos no som.) ...de quando votaríamos os vetos ou não, mas estou pronto para votar os projetos, independente de o projeto ser presencial ou *on-line*, acho que temos que enfrentar as matérias, Ver. Cassiá, e concordo com V. Exa., temos que enfrentar. O Ver. Pujol é nosso Presidente, nosso líder, e conforme a Mesa Diretora decidir e colocar o processo em votação, nós estaremos aqui presentes para votar, seja para perder ou ganhar os projetos, mas a gente tem que dar nossa contribuição para a cidade neste momento de crise, e a população espera que os vereadores façam isso. Os vereadores têm a função de fiscalizar, de votar, de apresentar projetos, de decidir, através de leis, o que entendem ser o melhor para sua cidade. Quanto aos vereadores de oposição, vereadores Oliboni, Adeli, Alex, Zacher, que ficam cobrando várias questões do governo, o próprio Ver. Adeli disse que já foi no Ministério Público, já encaminhou ao Ministério Público. Bom, se já foi ao Ministério Público e já encaminhou, não tenho por que lhe responder, Ver. Adeli, o senhor já tomou seu caminho; o senhor não quer questionar, o senhor quer fazer oposição, é a sua função, ficar provocando, inclusive os vereadores de oposição usando palavras de baixo calão, atacando o secretário de educação, atacando o prefeito de uma forma que eu acho até que fica ruim para nós, vereadores, para a cidade, para o público que nos acompanha, e depois diz “ah, não tem

diálogo”, mas não pode ter diálogo neste tom de agressão aos secretários. Os secretários estão à disposição, Presidente Pujol, se o senhor quiser, nós podemos combinar, e o secretário que o senhor achar necessário vir aqui na Câmara de Vereadores para conversar com os vereadores e explicar sobre suas pastas, estará à disposição de V. Exa., Presidente. Pode conversar comigo ou diretamente com o prefeito, o senhor tem toda a liberdade de fazer isso, tenho certeza de que qualquer secretário do governo terá o prazer de vir até a Câmara com o máximo de respeito, respeitando os vereadores que foram eleitos pela população, para vir aqui esclarecer as dúvidas dos vereadores. Os vereadores não precisam vir com tom agressivo, o governo está à disposição, sim. Alguns vereadores conversaram, sim, com o prefeito, Ver. Cassiá, os vereadores que compõem a base conversam com o prefeito, se o senhor quiser conversar com o prefeito, se quiser fazer parte da base, as portas estão abertas aos vereadores que quiserem, vamos dialogar e vamos convidar para as reuniões da base. Agora, eu não posso convidar o Ver. Alex Fraga, o Ver. Robaina, o Ver. Adeli para fazer reunião com o prefeito sobre base. (Problemas técnicos no som.) ...podemos combinar com o Presidente da Casa, se desejar, que o prefeito venha na Câmara no processo virtual, *online* ou presencial, para conversar com todos os vereadores, sem problema nenhum. Tenho certeza de que o prefeito terá o máximo prazer de sentar e conversar com os vereadores e explicar sobre a Covid, sobre a situação de Porto Alegre, sobre as finanças, os projetos de lei que ele está falando através da imprensa que ele pretende mandar para a Câmara de Vereadores, um conjunto de uns vinte projetos que vão tratar sobre mobilidade urbana, questão da Procempa, questão da previdência, questão assistencial, tem um projeto bastante grande que vai vir para a Câmara nos próximos dias a respeito da assistência. Nós sabemos das dificuldades do Município, de todo País, do mundo inteiro, a necessidade desse momento. É difícil de o Estado como um todo ajudar aquelas pessoas que perderam os seus empregos, que estão passando por dificuldades, e o Município de Porto Alegre vem fazendo isso dentro de suas possibilidades, e tenho certeza de que esse projeto da criação de um fundo e de um sistema para atender ainda mais a população. Eu acho que é importante, sim, a secretária da FASC vir à Câmara prestar contas do que foi feito nessa área assistencial... (Problemas técnicos no som.) ...vinte mil cestas básicas, através dos seus CRAS, dos CREAS, à população vulnerável, aquela população que estava precisando. Então a Prefeitura de Porto Alegre, através das secretarias e dos seus órgãos responsáveis, está trabalhando, sim, está atendendo a população, e eu me coloco, Presidente, à sua disposição para fazer essa interlocução junto ao prefeito municipal e secretários para virem à Câmara esclarecer aquilo que os vereadores assim desejarem. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos os nobres vereadores, boa tarde, Presidente Pujol, juntamente à bancada do Republicanos em relação à situação que estamos agora, para votação. A bancada do Republicanos não é favorável à votação dos vetos pelo sistema atual; ou voltamos ao plenário, presencial, ou a Mesa deve propor uma emenda ao SDR para apreciar os vetos e não apenas os assuntos relacionados com a pandemia. Eu acredito que não podemos atropelar as coisas, não podemos colocar o carro na frente dos bois, porque, se nós estávamos fazendo de uma forma, e agora vamos mudar sem que haja uma resolução da nossa Mesa ou que seja votado, como foi votado para que fossem priorizadas todas as coisas da pandemia, cuidássemos exatamente para isso, nós estamos fugindo do que nós mesmo fizemos. Então eu peço aos nobres vereadores, até mesmo o nosso Presidente, que analisem o que estamos falando, principalmente o Janta, que também falou em relação a isso, e eu concordo, nós devemos, se caso continuar dessa maneira, então voltamos ao plenário, voltamos à nossa Casa, para que possamos então decidir o que é melhor ou não para nós. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, vereador. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, boa tarde, vereadores e vereadoras. Na verdade, estava ouvindo a fala do colega Ver. Mauro Pinheiro e não poderia deixar de me manifestar, porque todos nós lembramos que tivemos uma sessão com o secretário Bruno, e, na época, o prefeito esteve presente por cinco minutos, se é que chegou a cinco minutos, não falou conosco, o secretário Bruno foi quem nos deu todos os retornos. Então, na verdade, quando fala em diálogo, quando fala que ele está sempre pronto a nos atender, eu não consigo achar que isso seja real. Porque eu estive em frente à Prefeitura, com vários diretores de escola, para fazer a entrega oficial de uma carta aberta e não fui recebida por ninguém, por nenhum secretário, por ninguém da Prefeitura. Eu acho que é um desrespeito a uma pessoa pública como eu. Então, quando fala em diálogo, não, nós não temos diálogo com o nosso prefeito. Só quem tem diálogo com o prefeito é a base do governo. E aí, como fica o resto? Nós somos 36 parlamentares, nós merecemos, no mínimo, sermos ouvidos. É isso que quero deixar como recado.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria esclarecer, porque o Ver. Mauro Pinheiro fez uma menção ao meu nome, dizendo que não estava

em questão de convidar a minha pessoa para reuniões com o prefeito. Obviamente, eu já fiz esta Questão de Ordem, porque eu não fiz nenhum pedido, não estou fazendo nenhum requerimento para reunir com o prefeito Marchezan. Não sei por que o vereador citou meu nome, não tenho nenhuma intenção de me reunir com o prefeito Marchezan nesse caso. Até porque eu estou percebendo que o prefeito Marchezan, como vários vereadores já viram, não tem nenhum interesse em fazer uma reunião com o conjunto da Câmara. E eu não vou ficar pedindo isso para o prefeito. Mas eu quero deixar claro que, como vereador, eu tenho obrigação de fiscalizar o governo do prefeito Marchezan, e realmente estou com certa dificuldade para fazer isso, porque a Câmara não está funcionando como deveria. Essa é a minha opinião, eu quero ser claro nisso. Acho que, se nós continuarmos assim, o melhor, de fato...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência pede para fazer uma Questão de Ordem e está falando de outras coisas.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria fazer uma Questão de Ordem para saber da Presidência qual encaminhamento vai se dar para os vários pedidos. Porque eu digo, se é para continuar assim, eu também quero...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Se V. Exa. deixar eu continuar a conduzir os trabalhos na normalidade, vai chegar um momento em que esses esclarecimentos serão dados.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu não estou lhe impedindo de conduzir. Eu só queria deixar claro, porque foi citado o meu nome.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência pediu uma Questão de Ordem, o nosso colaborador, o Diretor Legislativo, lhe concedeu, e o senhor não fez uma Questão de Ordem. Fico grato a V. Exa. pela compreensão, é o auxílio que V. Exa. me dá. Vossa Excelência foi correto, pertinente sob o ponto de vista, mas não se encaixa na ordem regimental das coisas. E eu estou sendo cobrado disso, que não presto atenção ao Regimento. O senhor afunda, inclusive, as críticas que eu posso receber, de que não estou cumprindo o Regimento, e eu estou procurando cumpri-lo. Agradeço a Vossa Excelência.

VEREADORA MONICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, diretor Luiz Afonso, é uma questão muito simples. Eu escutei todas as falas, todas as manifestações e creio que aqui não se trata de estar pronto para votar, e sim, de respeitar uma resolução, sob pena, inclusive, de nulidade da mesma sessão plenária. Então eu quero aqui fazer uma sugestão, um pedido: vamos alterar a resolução, visto que existe a necessidade de se votar vetos e projetos do prefeito que estão chegando à Câmara. Nós estamos usando uma ferramenta virtual, não a

tramitação. Eu reitero que nós devemos alterar imediatamente a resolução, sob pena, pelo que entendo, de uma anulação da sessão plenária, judicial, inclusive. Obrigada.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estamos nos antecipando, porque eu fui informado que deveria, seguindo o rito normal, que eu abrisse agora o período para que ocorressem as manifestações das pessoas, dos colegas e das colegas inscritos no período de Comunicações; de resto, tenho procurado, ceder a palavra a todos aqueles que, em nome dos seus partidos, não têm se manifestado. As Questões de Ordem são um rito meio complicado – V. Exa., que já foi Presidente entende isso muito bem –, que é no sentido de auxiliar na composição dos trabalhos. Então, eu lhe agradeço esse particular dizendo que eu tenho dito que não quero infringir o Regimento. Sei que esse assunto que está sendo levantado e que julguei superado no início, com as exposições que eu fiz, vai ter um momento que ele será superado. Evidentemente, que eu tenho um entendimento que, se não for consagrado pela maioria da Casa, eu simplesmente tenho humildade suficiente para dizer que a Casa é soberana. Se entenderem que cometi um erro, eu vou justificar que não cometi no meu entendimento. Então se dobre à manifestação da maioria da Casa, se for o caso. Acontecem algumas situações que eu não quero infringir o Regimento.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Quero agradecer ao Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, que me cedeu seu tempo, eu já havia falado inicialmente no tempo de liderança do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. Já estava inscrito, após a fala do nosso Presidente, talvez eu nem precisasse falar mais, porque ele já disse que o plenário é soberano, a Casa é soberana. E tudo que for decidido aqui coletivamente, a maioria sempre terá a condição de exercer a sua vontade. É assim que acontece nos parlamentos democráticos. Eu só queria gizar duas questões: eu não acho que nós estamos fazendo a escolha de não trabalhar presencialmente. Alguns colegas colocaram, e eu respeito, mas parece assim: “Ah! Se vamos voltar a votar as coisas ordinárias, então, tem que ser presencialmente.” Como se fosse uma opção trabalhar virtualmente. Se é isso, eu também me somo, de imediato, à condição de voltar a trabalhar presencialmente. Mas, me parece, que até agora nós temos aqui sustentado que isso não é possível. Senão pode parecer, para quem está nos acompanhando, que nós temos essa possibilidade de voltarmos a trabalhar presencialmente e não o queremos. Mas têm sido levantadas aqui todas as adversidades para o retorno presencial. O plenário não tem distanciamento adequado, não tem ventilação, nós temos colegas, 14 ou 15, que estão dentro do grupo de risco, que nós não podemos obrigar que voltem à condição presencial. Aqueles que o quiserem até podem, mas ninguém pode ser obrigado. E como é que faz para manter a isonomia? Então, eu só queria primeiro retratar isso para dizer que não é uma opção continuarmos trabalhando virtualmente. Como não é do Congresso Nacional, como não é da Assembleia Legislativa, que até fez uma tentativa e verificou que não era possível dar

isonomia para todos trabalharem de forma presencial. Essa é primeira ressalva. Em relação à questão que o Presidente propôs, eu não quero aqui sustentar, até vou sugerir aqui para o Presidente que – não quero aqui antecipar o que ele vai propor, mas, se tiver resistência, se não tiver maioria, se não tiver quórum – se proponha a alteração da resolução. Vamos gastar uma sessão ou duas sessões a mais. Porque, quando alterarmos a resolução, e se entendermos que temos que voltar a votar as questões ordinárias de forma virtual, primeiro, teremos que apreciar os vetos, como eu disse na minha primeira fala. Acho que a ordem não altera o produto, acho que a intenção de Presidente – não quero falar por ele, porque ele que nos preside – foi de já começar a apreciação. Isso não tem vantagem nenhuma para ninguém. Para votarmos qualquer projeto, meu ou dos outros 35 vereadores, temos que apreciar os vetos primeiro. Eu gostaria que fosse o quanto antes, até porque essas matérias já estão aí. As mais antigas, o primeiro veto, há 100 dias, então já é do nosso conhecimento, mas a Casa tem o seu ritmo, a Casa tem o seu rito. Acho que podemos continuar no sistema SDR, que aprovamos, que todos aqui aprovaram em uma resolução... (Problemas técnicos no som.) ...completamente legal a proposição de voltarmos a apreciar os vetos, mas também não vejo como nenhuma urgência ou emergência. Na verdade, como não tem projeto nenhum priorizado pela SDR, era uma alternativa para nós, virtualmente, continuarmos cumprindo a nossa atribuição, que é votar, apreciar as matérias que aqui estão, e os vetos estão aqui prontos para serem apreciados, não precisa trocar resolução nenhuma para que o façamos. A ferramenta está aqui disponível, eles estão instruídos, estão na Ordem do Dia, e a Diretoria Legislativa tem as condições – já anunciou, inclusive – de fazer todos os destaques necessários. Mas nós somos soberanos, se nós não quisermos trabalhar hoje avaliando os vetos, vamos trabalhar na próxima sessão já avaliando uma nova resolução, que não seria necessária para os vetos, mas que já fica pronta para depois que avaliarmos os vetos podermos adentrar nos demais projetos que já estão na Ordem do Dia também prontos para serem apreciados assim que priorizados – são 380, 390, se não me falha a memória.

Alguns, no início, falaram, e eu, respeitosamente entendo, em surpresa e tudo mais, parece que tudo é feito assim, mas a Lei Orgânica é superior ao Regimento e à resolução. Esse foi o intuito do Presidente, ele me ligou, me perguntou o que eu achava, e eu não vejo problema. Logicamente, como não poderia deixar de fazer, está colocando à apreciação do plenário. Obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Obrigado, Presidente; quero agradecer ao Ver. Mendes Ribeiro, nosso líder, pela cessão do tempo. Colegas, quero me somar ao que disse o Ver. Cassio Trogildo agora, a questão é muito simples: nós temos, sim, uma resolução, mas ela, como resolução de plenário que é, não se sobrepõe

à Lei Orgânica, não se sobrepõe à Constituição, não se sobrepõe à lei ordinária, não se sobrepõe a nenhuma norma jurídica que lhe é hierarquicamente superior. Nós estamos acostumados a dizer que o plenário é soberano, mas o plenário é soberano dentro dos limites da lei, na verdade a lei é soberana, e a nossa resolução de plenário, por mais firme, por mais acordada que seja, não se sobrepõe ao que diz a Lei Orgânica. Nesse sentido, o Ver. Pujol tem a nossa concordância, o nosso apoio de que estes vetos que, pela Lei Orgânica do Município, estão a trancar a pauta, se impõem sobre as questões estabelecidas na resolução. É óbvio que nós temos a resolução e que ela está em vigor, mas, se a Lei Orgânica diz que nada podemos votar antes de analisar os vetos, não será a nossa resolução que vai se impor à Lei Orgânica. Nós estamos amarrados pela Lei Orgânica, estamos submetidos a ela, e uma nação em que o Parlamento não se submete à lei não é um estado de direito.

Portanto nossa posição, como bancada, em apoio ao Presidente, não pelo Presidente ser integrante da nossa bancada, mas como bancada, o Democratas, é que, em a Lei Orgânica determinando que nós não podemos nada votar antes de fazer análise desses vetos, nós devemos fazê-la; e, se estamos reunidos ordinariamente virtualmente, não há nada que nos impeça de fazermos aqui virtualmente a análise dos vetos. Não é porque o sistema de votação virtual está em vigor que nós devemos abandoná-lo para retornar à pauta ordinária; ele é perfeitamente compatível com o Regimento, compatível com a Lei Orgânica naquilo que não contrariar; neste caso, a priorização de projetos única e exclusivamente relacionados à Covid contraria a Lei Orgânica, portanto não pode sobre ela prevalecer. Essa nossa posição, se for levada à deliberação, nós assim encaminhamos para que nós possamos fazer desde já a análise desses vetos, porque a Lei Orgânica se sobrepõe à nossa resolução de plenário, simplesmente assim. Se assim não for, nós vamos, obviamente, enfrentar uma nova resolução, como diz o Ver. Cassio Trogildo, para poder fazer, mas, na nossa leitura regimental, legal, está correto o Ver. Pujol em colocar em análise os vetos, porque é o que nos determina a Lei Orgânica, que não se sobrepõe à nossa resolução de plenário. E naquilo que é compatível nós podemos aplicar as duas, cumprir o que diz a Lei Orgânica de analisar os vetos, usando, nos valendo do sistema de deliberação desta sessão virtual, que é o que está acontecendo.

Então, no nosso entender, está correto, não incorre em erro a Presidência ao apresentar essa Ordem do Dia, e nós, por nossa parte, estamos prontos para analisá-la.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador Cláudio Janta, ouço a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): A minha Questão de Ordem, esclarecimento, até, se for o caso, queria encaminhar para a Procuradoria da Casa, é que, pelo foi dito até agora, então, tudo que nós votamos na pandemia não tem validade nenhuma? Nós temos que decidir, ou a resolução vale e o que foi feito vale...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência vai me permitir o seguinte...

(Manifestações paralelas e sobrepostas ininteligíveis.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Estou reformulando a minha Questão de Ordem, faço um encaminhamento à Procuradoria da Casa para que nos diga se o que nós fizemos até agora é válido...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Isso não é Questão de Ordem, isso é um requerimento, e o requerimento tem um momento para ser apresentado.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Apresentei.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): E não é o momento. Leia o Regimento, V. Exa. está querendo...

(Manifestações paralelas e sobrepostas ininteligíveis.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência não está querendo entrar na Ordem do Dia, como quer que vote...

(Manifestações paralelas e sobrepostas ininteligíveis.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, obrigado pela sua colaboração, desculpe se eu levantei a voz, mas uma hora e meia discutindo um assunto que eu já disse que, futuramente, quem vai deliberar, em verdade, é o plenário da Casa. Eu posso admitir que a maioria ache que eu estou errado, eu não sou o dono da verdade, não estou querendo argumentar a favor da minha posição, porque não é o momento. Quando for o momento, eu vou argumentar, e tenho esperança até que os meus argumentos sejam satisfatórios e que V. Exa. entenda que eu não estou errado, pelo contrário, estou salvaguardando a imagem da Casa, parece que nós não queremos trabalhar. Vereador, faça o favor!

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente, estão inscritos o Ver. Cláudio Janta, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Paulinho Motorista, o Ver. Professor Wambert, o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Cláudio Conceição.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu teria muita coisa para falar em Comunicações, como também teria muita coisa para falar em liderança do meu partido, mas, em função de todas essas discussões que tivemos até agora, eu volto a afirmar: nós trabalhamos, até o dia de hoje, em cima de uma resolução. Temos a Lei Orgânica – falaram que não existe, mas existe, temos a Lei Orgânica –, mas nós trabalhamos em cima de uma resolução. Agora, usar o argumento que a sociedade disse que nós não estamos trabalhando? O que é isso, gente? O que é isso? Nós sabemos que estamos trabalhando muitas vezes até mais do que presencialmente na Câmara. Agora, volto a insistir: o plenário dá a garantia de nós discutirmos; esperamos abrir o microfone para uma Questão de Ordem, para um encaminhamento, pode haver uma discussão sobre um encaminhamento, algo que, virtualmente, ficamos impossibilitados. Volto a dizer que trabalhamos e trabalhamos bastante para a cidade de Porto Alegre neste período difícil – eu acredito que, depois da enchente de 1941, esta seja uma das coisas mais catastróficas para a cidade de Porto Alegre. Nós estamos trabalhando bastante para a cidade de Porto Alegre. Então, eu volto a insistir: o plenário é soberano; agora, o plenário não discuta esse tema, o plenário não teve uma ordem para nós discutirmos esse tema, para ver se votaríamos ou não, se iríamos refazer a resolução, se entraríamos direto nos vetos. Volto a afirmar que tem um veto há mais de 100 dias na Casa – há mais de 100 dias! Então, antes de nós aprovarmos a resolução, já tinha veto na Casa. Nós temos que decidir! Tudo o que nós fizemos foi ilegal, não teve valor nenhum – e fizemos muito pela cidade de Porto Alegre, pela população de Porto Alegre –, então o que vale é a Lei Orgânica. Se vale a Lei Orgânica, então está tudo errado, tudo o que nós fizemos até agora está errado. Então, volto a insistir aqui: antes de nós entrarmos em veto, e não estou aqui não querendo discutir veto, só quero que os colegas me entendam, a minha preocupação é pela legalidade do que vier a ser feito e do que foi feito... Eu acho que a pressa é inimiga da perfeição. Eu acho que nós até poderíamos aproveitar esta sessão de hoje para já entrarmos nesse assunto da resolução, aproveitando que está aqui o número total de membros da Casa, eu acredito, para nós discutirmos isso agora, para não simplesmente dizermos que a Lei Orgânica é superior à resolução – ou então tudo o que foi feito não vale nada. Seria esse o meu encaminhamento, mas ainda teria muito o que falar.

Aumentou muito o número de pessoas desempregadas na cidade de Porto Alegre. O governo federal, até agora, não fez os repasses que ficou de fazer. Nós estamos vendo atrocidades acontecerem no mundo, coisas que imaginávamos que não existiam mais. Teríamos muitos temas para serem falados; mas eu acredito que essas questões sobre a resolução, sobre a Lei Orgânica, sobre os vetos – volto a afirmar que tem vetos há mais de 100 dias na Casa – são importantes para a segurança jurídica da nossa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, eu não fui consultado sobre essa questão da entrada ou não da votação dos vetos. O Ver. Janta tem razão ao dizer que esses vetos já estão há bastante tempo na Casa, mas eu não vejo problema que se votem alguns vetos, porque, como disse o Ver. Ricardo Gomes, é uma questão da Lei Orgânica, nós estamos cumprindo os ritos que estão previsto na nossa Lei Orgânica – a única diferença é que, ao invés de estarmos votando de forma presencial, estamos votando de forma *on-line*. Estamos cumprindo todo o rito legislativo, então eu não vejo nenhum problema jurídico quanto a essa questão. Quanto a não ter votado antes da resolução, porque criamos uma resolução de votarmos projetos de forma *on-line* de forma simplificada, eu acho que foi questão de momento, e houve grande acordo entre os vereadores de votarem aqueles projetos que eram voltados ao coronavírus, à Covid-19, à pandemia. Houve grande apoio de todos os vereadores. Foi usado e continuará sendo utilizado, acho que nós não temos que cessar essa votação, porque ainda estamos em um momento de calamidade.

O próprio governo está mandando, nesta semana ou no início da semana que vem, projetos que terão bastante urgência, havendo a necessidade de que a Câmara aprecie com maior velocidade, como o projeto relacionado ao assistencialismo, que visa a criação de um fundo para assistência. Então nós vamos precisar, espero que a gente continue utilizando esse sistema. Tenho certeza que os vereadores, em sua grande maioria, quando virem esse projeto que está sendo terminado Executivo – eu tive a oportunidade de participar de algumas reuniões durante a sua construção –, terão vontade de votar o quanto antes para aprovar. Então acho que nós devemos, sim, conciliar votando os vetos. Eu não fui consultado, mas dou acordo, Ver. Pujol. Agora, se os vereadores decidirem que não vamos votar hoje, que vamos discutir melhor, também não vejo grandes problemas, acho que já estão há bastante tempo na Casa esses vetos. Vamos amadurecer a ideia e discutir melhor até para que os vereadores possam se inteirar de algum assunto.

Quero dizer também que participei ontem de reuniões na Prefeitura Municipal de Porto Alegre junto com vários secretários, e a situação de Porto Alegre, de acordo com informações que todos vocês devem estar acompanhando pela imprensa, é bastante boa em relação ao restante do País. Em Porto Alegre, está estabilizada a questão da Covid-19, a utilização das UTIs pelas pessoas que estão com a Covid-19 tem, inclusive, diminuído na cidade de Porto Alegre. O comitê de crise do governo, que tem se reunido, vai se reunir nos próximos dias para, inclusive, discutir a possibilidade de a Prefeitura abrir novas atividades econômicas, inclusive voltadas à educação, como as escolas, as escolas infantis, as escolas técnicas. Então já existe esse debate dentro do governo para que a gente possa ver a possibilidade de retomar algumas atividades educacionais.

Também há outra questão que eu acho importante – quero levar a discussão ao prefeito –, que é a questão da própria construção civil, que foi aberta em um horário

determinado, mas a gente sabe que, quando houve a abertura da construção civil, há cerca de 30 dias, a cidade estava em uma situação; hoje, a situação está bem melhor.

Ainda quero externar outra preocupação. Nesses últimos dias, estive lá pela Prefeitura e fui almoçar em restaurantes próximos. A gente vê a dificuldade dos restaurantes, porque o número de pessoas que se movimentam e que usam os restaurantes ainda é pequeno. Eu conversei a respeito com alguns vereadores, e a preocupação é justamente a economia. Vai ser uma questão difícil, porque as pessoas continuam – o que é bom – respeitando o isolamento, procurando ficar o máximo em casa, mas, com isso, a economia acaba tendo dificuldade, tem menos giro o comércio, porque as pessoas estão indo menos a restaurantes, a bares.

É um novo momento, todos nós teremos que nos adaptar, não só na Câmara de Vereadores, mas a sociedade como um todo, e as empresas, os negócios, os comércios, as próprias indústrias vão ter que se reinventar. A gente vive momentos difíceis para as atividades econômicas, e nós, vereadores, temos que prestar bastante atenção naquilo que for possível para que, através de projetos de lei e discussões entre nós, a gente possa – inclusive o próprio Executivo – facilitar a vida dessas pessoas que geram economia, que geram riquezas, que geram empregos. Nós, vereadores, temos que estar atentos e conversando – sabemos que cada vereador tem as suas relações –, para que possamos ajudar, porque nós vamos passar por momentos bastante difíceis, não só nas atividades econômicas, mas o Estado como um todo – que passará por dificuldades, inclusive, de arrecadação de impostos. Acho que é momento de nos reinventarmos. Acho que é o momento de nos reinventarmos, e nós, como parlamentares e políticos, temos que estar atentos e termos bastante calma e tranquilidade para fazermos esse diálogo, esse debate para poder ajudar Porto Alegre a sair dessa crise. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Luiz Afonso, eu estou com problema no sinal, eu vou passar para o próximo inscrito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. O Ver. Paulinho Motorista passa. O próximo inscrito em Comunicações é o Ver. Professor Wambert.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Perfeito. Eu passo a vez.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Boa tarde a todos. Hoje, pela manhã, escutei a entrevista do prefeito municipal, num meio de comunicação, que deu a saber que o projeto que estava na Casa, que era da criação de um pedágio para entrar na cidade de Porto Alegre, ou uma tarifa, um pedágio travestido de tarifa para entrar na cidade de Porto Alegre, seria convertido num pedágio para entrar no centro da cidade, ao modelo que havia em Londres. Pois bem, diz a Prefeitura que essa é uma forma de subsidiar o transporte público para que, abre aspas, os que podem, os ricos, paguem pelos que não podem, fecha aspas – virtualmente é essa a fala do prefeito. Eu quero dizer, primeiro, que se essa é alternativa de financiamento do transporte público, escolheram mal a ferramenta. Esse tipo de cobrança que foi estabelecida em Londres, é verdade, se presta como uma taxa para enfrentar o problema do engarrafamento e não para subsidiar o transporte público. Isso se evidencia, no caso inglês que foi levantando, primeiro, pelo aspecto de que, quando foi adotado lá, foi adotado para enfrentar o congestionamento no centro da cidade e não para subsidiar o transporte público. Em 1997, isso começou a ser discutido em Londres, através de uma lei que determinou que o município fizesse e apresentasse estudos sobre o tráfego no centro da cidade. Em 1997. E isso só entrou em vigor em 2003, seis anos depois da discussão e da elaboração de estudos técnicos. Então, primeiro, em 1997, se determinou a elaboração de estudos técnicos; em 1999, dois anos depois, passou o marco legal que permitiria que isso acontecesse, mas não aconteceu em 1999. No ano de 2000 teve uma eleição municipal e, nessa eleição, o estabelecimento de um imposto, de uma taxa ou pedágio para transitar no centro de Londres foi discutido abertamente durante a campanha e isso foi apresentado por um candidato como uma solução. E esse candidato ganhou a eleição. Portanto, essa ideia foi legitimada pela urna, foi legitimada pela população, numa discussão eleitoral no ano de 2000 – três anos depois de ser iniciado o debate. Ora, no fim do ano passado, nós aprovamos, com uma discussão grande, R\$ 4 milhões para que a Prefeitura elaborasse estudos de tráfego em Porto Alegre. Onde estão esses estudos? Foram contratados, foram licitados, foram realizados, foram apresentados? Como é que o estudo que deveria embasar a formação de uma política pública de transportes não estando apresentado, a Prefeitura quer subsidiar? E através disso, diz o prefeito literalmente, acharam alguém para pagar a conta. Mas, ora, volto a dizer, isto aconteceu em Londres: em 1997, se contrataram os estudos; em 1999, passou o marco legal; em 2000, teve uma eleição em que a população convalidou essa ideia; em 2001, foi apresentada pelo município para a população como uma estratégia de transportes para o município, uma estratégia ampla, com alternativas, com melhorias no transporte público – coisa da qual Marchezan não falou até agora; falou de uma maneira de financiar os ônibus, não de melhorar o sistema de transporte, e são duas coisas diferentes; e só em 2002, por fim, se decidiu e em 2003 entrou em vigor em Londres. Foram seis anos de debates, estudos técnicos apresentados e discutidos com a sociedade, transparência na eleição, quando um candidato teve o peito de dizer ao povo que queria implementar uma tarifa. E lá venceu e implementou. Aqui, em Porto Alegre, não é isso que está acontecendo. Projeto apresentado às pressas, num regime de urgência, durante o recesso; agora, em razão da pandemia, acelerado para ser aprovado, sem soluções de

transporte público, mas apenas de financiamento, sem que a Câmara tenha conhecimento dos estudos técnicos, com R\$ 4 milhões para contratar esses estudos, me parece que não é o mesmo caso. A Prefeitura pode dizer que está repetindo o que fez Londres, mas não tem nada que ver o que está sendo proposto aqui com o que foi feito lá. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O próximo inscrito é o Ver. Cláudio Conceição, mas não temos o registro do Ver. Cláudio Conceição.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então, quem é o próximo orador?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais inscrições, já passaram os seis inscritos do bloco. Agora seria a chamada para a Ordem do Dia, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Pela primeira vez, desde o momento em que eu fui empossado na presidência da Casa, eu vou requerer a V. Exa. que me conceda... Não, primeiro eu vou solicitar que o Ver. Paulo Brum, 1º Vice-Presidente da Câmara, assuma a presidência dos trabalhos, e, de imediato, solicito a ele que me conceda, como Presidente, o Tempo de Presidente, pela primeira vez, nesses cinco meses que eu estou presidindo a Casa.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Colegas vereadores, antes de mais nada, eu quero me escusar se em algum momento eu dei alguma manifestação de estar exaltado, o que de modo algum se justifica, em se tratando de uma reunião da Casa do Povo de Porto Alegre. Quero dizer, com toda sinceridade, que eu não tenho a menor pretensão de estar sempre agindo da forma mais correta, mas sou extremamente pretensioso na ideia de que sempre procuro fazer pelo melhor no interesse público, porque não teria sentido o exercício do mandato se não fosse com esses critérios, especialmente quando a Casa me concedeu essa honraria, que me faz sentir muito gratificado, de poder presidir os trabalhos da Casa nesse fim de período legislativo. Dito isso, eu quero dizer a V. Exas. que nós não podemos, de modo algum, enfrentar esse assunto como sendo apenas um episódio a mais. Não! Esse é um fato especial que eu tenho o prazer de dizer que está caracterizando o nosso trabalho na Câmara Municipal,

é que diante de uma calamidade pública, diante de uma circunstância altamente negativa, nós elaboramos um regimento com a colaboração da Diretoria Legislativa e da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, um sistema remoto de deliberação, que vem, até agora, surtindo excelentes resultados. Esse sistema foi instituído com o propósito de enfrentar esta situação especial que nós estamos vivendo, e o art. 1º da resolução que o instituiu deixa claro que o objetivo é realizar, de forma excepcional, acentuo “de forma excepcional”, a apreciação de matérias, a votação do plenário durante estados de emergência e de calamidade pública decretados no Município de Porto Alegre, em face dos quais não seja possível a realização, veja bem, não seja possível a realização de sessões plenárias e de reuniões presenciais. Ora, há pouco tempo, há uma semana ou um pouco mais, nós analisamos esse tema com profundidade e a grande maioria da Casa, me parece até que a totalidade da Casa, concordou que, no presente momento, é absolutamente inviável realizar reuniões presenciais, eis que todas as dependências da Câmara, onde elas poderiam ser realizadas, com grandes dificuldades, não apresentam condições técnicas que satisfaçam aquilo que foi estabelecido pelas autoridades sanitárias tanto do Município, como do Estado, como da União e até recomendado pela Organização Mundial da Saúde e que vem sendo inclusive seguido pela grande maioria, se não a totalidade dos municípios brasileiros. Nesse sentido, então saiu a resolução que tinha este objetivo de viabilizar a realização de sessões plenárias que não pudessem ser presenciais. E nós entendemos, meus queridos vereadores e vereadoras que, no presente momento – eu já conversei sobre isso mais de uma vez –, nós não temos condições de fazer reuniões presenciais na Casa do Povo de Porto Alegre. Não há condições! Falta estrutura física capaz de permitir isso. Seria não só um erro técnico, seria um erro político nós afrontarmos a cidade de Porto Alegre com a realização de uma reunião num momento em que a aglomeração é combatida, que o isolamento é determinado como sendo a forma correta de se agir, nós fazermos uma reunião presencial nos locais que a Casa do Povo hoje nos oferece e que são, no dizer de todos os técnicos que nós consultamos, ineficientes e desajustados para a realização desse tipo de reuniões. Por isso, nós obtivemos há pouco tempo decisão da Casa de prorrogar até o dia 17 do corrente mês o período em que nós estaríamos realizando as nossas atividades em reuniões virtuais e com decisões remotas. Por quê? Porque não temos outra condição de fazê-lo. E, se tivéssemos – um erro que não quero cometer – a pretensão de realizar sessões presenciais em qualquer uma das dependências da Casa, estaríamos errando e errando profundamente e até contrariando a decisão da própria Casa. Se nós fossemos, mesmo erradamente, fazer reuniões presenciais, o que nós faríamos nessas reuniões senão cumprimos a Lei Orgânica do Município e deliberarmos a respeito destes vetos que estão há cerca de 100 dias na Casa sem uma deliberação. Os projetos dos nossos colegas, muitas vezes, não sendo nem sancionados, mas sim vetados, vetos que nós podemos fazer a apreciação e, em muitos dos casos – aí a maioria pode pensar junto comigo –, vê-los modificados, isto é, não aceitando o veto. Muitas vezes, o objetivo da proposta promulgada pela Presidência da Casa, como sempre foi feito nesta Casa e como será feito, é cumprir a lei e o Regimento da Casa. Por isso, senhores e senhoras, eu entendi – e eu posso estar cometendo um

grande equívoco – que dentro dessa realidade nós teríamos duas opções: ou simplesmente cruzamos os braços dado que não temos matéria prioritária para votar, ou tentamos um atalho capaz de preparar a Casa para soluções que, se adotadas, nós teremos que tomar, ou seja, enfrentarmos essa situação e abrindo as possibilidades que a própria resolução nos oferece de decidirmos sobre algumas matérias, especialmente aquelas que impedem, em qualquer circunstância, outro tipo de decisão que não aquela que nós estamos propondo nesta hora, isto é, encaminhamento do exame da apreciação dos nove vetos que se encontram na Casa. Se, depois disso, vão ocorrer outros fatos, se, depois disso, nós vamos tomar outras posições, eu falei, vários colegas falaram nesse sentido, ninguém quer empurrar goela abaixo de ninguém qualquer proposta. Eu não falo em nome do governo, eu falo como Presidente da Casa, eu falo como quem está querendo preservar uma tradição do Legislativo de Porto Alegre – que muitos querem desmanchar e até fazer campanha contrária dizendo que aqui não se trabalha bem –, para demonstrar que nós trabalhamos bem e com responsabilidade.

Por isso, eu quero dizer, Ver. Paulo Brum, desculpe eu lhe passar a Presidência nesta hora, que parece que eu estou fugindo da situação. Não! Eu quero lavar as mãos e isentamente dizer o seguinte: no meu entendimento, a deliberação que eu proponho que a Casa tome só pode ser tomada na Ordem do Dia, que é nesse momento que se delibera sobre essas situações. Por isso, protelei até agora, mas eu me calo e peço que V. Exa. abra a Ordem do Dia e consulte a Casa. Se a Casa acha que estou equivocado, se a Casa acha que eu estou errado, se entende que a decisão que eu tomei não está correta, os próprios companheiros, como V. Exa., que são meus colegas de Mesa, que unanimemente entenderam de recomendar que nós continuaríamos com decisões virtuais, eu não quero que a Câmara fique parada, quando nós temos autorização para trabalhar, mas estamos limitados ao fato de estarmos cumprindo alguma regra regimental. Nesse meio tempo, eu quero desobstruir a Pauta para logo adiante, ou presencial, ou virtualmente, de uma forma ou de outra, nós continuarmos deliberando sobre essa infinidade de projetos que se encontram na Casa, muitos dos quais totalmente instruídos dependendo tão somente de uma decisão nossa. Por isso, Presidente, eu peço que V. Exa. consulte os colegas, se antes de entrar na Ordem do Dia querem tomar essa posição de modificar ou não, se entenderem que eu estou errado, não precisam nem entrar na Ordem do Dia. Eu simplesmente vou me conformar com isso e vou confessar mais uma vez: não tenho condições de presidir reuniões presenciais. Não tenho! Não fiquei em quarentena até o dia de hoje para agora eu voltar atrás no meu comportamento, que é um comportamento mais do que ético, é um comportamento consequente. Eu estou dando exemplo, eu tenho 80 anos, não posso presidir reuniões presenciais, V. Exa. também tem essa dificuldade, Ver. Paulo Brum. E os nossos companheiros de Mesa também têm essa dificuldade, mas se entenderem que não, que está tudo errado isso aqui, vamos ficar de braços cruzados, esperando que o tempo passe e que os colegas concordem e que matérias que eles pediram para serem proteladas, para serem votadas mais tarde, possam ser votadas aqui na Casa. O que não pode é nós ficarmos eternamente empurrando com a barriga e não votando as coisas que precisam ser votadas. Nós não vamos parar a Casa eternamente. Faz cem dias que tem esses vetos

aqui. Muitos desses vetos estão sendo colocados hoje em discussão para uma possível decisão, a favor ou contra, pouco me importa, eu presido a Casa, respeito, voto a favor ou contra as situações que aqui são colocadas, quando me é permitido; quando não é, me calo. Fica essa colocação, peço a V. Exa. que ouça os sábios colegas nossos. Se entender que eu estou equivocado, sintam-se com liberdade: fecha a sessão, e a gente fica esperando, vamos reunir, daqui a não sei quantos dias, o Comitê de Risco e saber o que eles vão fazer. Temos uma resolução bonita da mão, temos uma autorização para continuar trabalhando, mas, por entendimento de uns ou de outros, ou da maioria da Casa, não são utilizáveis neste momento. Então fica a inanição a caracterizar este período, quando eu acho que nós teríamos, de qualquer forma, que tomar uma posição como essa que eu estou pretendendo que seja tomada. Caso contrário, vamos reunir o Comitê de Risco, ou a Casa até altere, vamos tentar fazer a reunião presencial. Se for possível, eu venho, abro a sessão e saio pela outra porta. Já disse isso anteriormente. Eu não vou infringir as regras, meu caro Dr. Goulart, não vou! A posição que a gente está tomando é emergencial, é dentro de um período de calamidade. Pode ser que não seja aquela que esteja escrita com letras garrafais no livrinho, mas é aquela que o bom senso recomenda.

Obrigado pela atenção, desculpem porque eu me estendi demais, é a primeira vez que utilizo, nesta Legislatura, durante o período em que sou Presidente da Casa, a possibilidade de me manifestar como Presidente. Eu estou me manifestando não é como desabafo, mas é com o calor que eu preciso dar às coisas que eu acredito, pedindo escusas a todos os colegas que, eventualmente, possam ter se sentido atingidos pela minha manifestação ou pelo meu comportamento como Presidente, que não o fiz com a intenção de menosprezá-los, muito antes pelo contrário, eu tenho muito respeito, acho que todos, a seu modo, sustentaram posições corretas. Eu entendo que, se a Casa, na maioria, entender diferente, eu tenho que reconhecer que eu me equivoquei. Eu acho que não me equivoquei, mas tenho que me curvar à posição da maioria. Nesse sentido, desmancha-se a presente reunião e que se reúna amanhã, ou a semana que vem, o Comitê de Risco, para saber como é que nós vamos fazer a Câmara de Vereadores, impedida de se reunir presencialmente e impedida de votar matérias que, segundo a nossa Lei Orgânica, têm que, necessariamente, ser votadas antes dos demais projetos em condição de normalidade processual dentro do... (Problemas técnicos no som.) ...de Porto Alegre. Obrigado pela atenção de todos e perdão, escusas por qualquer coisa que eu tenha desagradado. Assim é a Casa Legislativa que eu gosto de presidir, onde a democracia impera: a gente discute, toma posição contrária aqui ou acolá, mas, no fim, se faz pelo melhor. Muito obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Presidente Pujol, eu, como Vice-Presidente, acompanho as suas determinações. Se V. Exa. assim o diz, com certeza, é com muita sabedoria e com muita responsabilidade que V. Exa. vem conduzindo os trabalhos da nossa Câmara, o destino do nosso Legislativo. Portanto, não me cabe outra

maneira a não ser devolver os trabalhos para V. Exa., para que conduza os trabalhos dessa sessão. Devolvo os trabalhos ao Ver. Pujol.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço a V. Exa. e deixo em aberto que se veja se tem quórum para a abertura da Ordem do Dia, o que seria o normal, se tiver quórum delibera lá dentro da Ordem do Dia; ou, se entenderem, na sua soberania, que deva ser preliminar, que se abra uma preliminar. Eu não me manifestaria mais sobre esse assunto, deixando os senhores e as senhoras com liberdade de fazê-lo, se assim entenderem, no encaminhamento do equacionamento desse impasse. Repito: nós não estamos ferindo o Regimento, o Regimento nos autoriza isso. Nós estamos numa situação impeditiva de realizar a sessão presencial, esse impedimento é de fácil reconhecimento. A Casa sempre reconheceu que, no nosso plenário, não há condição técnica de fazer reunião presencial, então, temos a possibilidade de fazer não um instrumento, mas, sim, uma decisão pelo meio que nós estamos propondo em matérias que organicamente são prioritárias. É a proposta que nós deixamos a critério dos colegas se entendem de fazermos, ou não.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Brevíssimo. Sou da opinião que se mantenham as reuniões por decisões remotas, reúna-se o Comitê de Crise e, com uma preliminar da Mesa Diretora, se trabalhe uma nova resolução para tratar dos vetos e de outras questões.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Indo na mesma linha do Ver. Adeli Sell, o que eu proponho é que a gente, volto a insistir, eu acho que o que nós temos que mudar, Sr. Presidente, DL, é que, na resolução, diz que nós vamos tratar das questões da Covid. Eu acho que é isso, eu não estou levantando aqui a questão de presencial ou de não presencial, o Presidente sabe que eu sou um defensor de que a Mesa Diretora da Casa tem que ser preservada, que vários vereadores têm que ser preservados, agora, o que diz a resolução é que nós vamos tratar, exclusivamente, de assuntos destinados à Covid-19. Então eu acho que é essa a questão da resolução; se nós vamos tratar de vetos, de projetos de vereadores, se as outras comissões vão voltar a se reunir, que a gente discuta uma nova resolução. A partir dessa nova revolução, nós podemos fazer na segunda ou na terça-feira, que nós possamos tocar o restante, porque tem veto que está há mais de cem dias esperando. Seria esse o meu apelo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, volto a me manifestar, eu sei da sua preocupação de que a Casa possa, rapidamente, dar as respostas à sociedade, quero aqui me solidarizar com Vossa Excelência. Eu trouxe um aspecto em relação à questão da legalidade que eu acho que a proposta do Ver. Adeli já é um início: levarmos isso ao Comitê e reestudarmos uma nova resolução. Registro o meu apoio em relação a isso. Eu acho, Presidente, que, pelas falas em geral, embora a gente tenha que ter o reconhecimento de que nem todos os vereadores... Vossa Excelência é um exemplo, não estaria em condições de presidir a sessão, há outros vereadores se encontram em grupos de risco, mas, em face da complexidade dos projetos que virão para a Casa, eu estou aqui recebendo uma série de projetos, inclusive, em relação ao DMAE, outros mais complexos e que serão mais acirrados, eu sugiro que este Comitê prepare um projeto de retorno gradual que garanta a segurança dos vereadores. Eu sei que isso lhe toca, toca outros vereadores, mas me parece que a cidade está acima de todos nós, eu acho que nós temos que pensar nisso. Eu não estou participando do Comitê, mas queria aqui reforçar a importância. Nós temos que ter um projeto, um plano de retorno gradual, rápido, porque a complexidade dos projetos do Executivo que virão para a Casa irá exigir outro ambiente: de edição, de estudo, de assessoria. Eu faço essa ponderação à Mesa Diretora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-los novamente, mas entendo que a Lei Orgânica é a nossa Constituição municipal. Nada se sobrepõe a ela. Eu sou, Presidente, daqueles que entendem que o plenário é soberano, e V. Exa. dê oportunidade para o plenário decidir. Já que há esse impasse, vamos colocar em votação. Perdeu ou ganhou, vamos tocar. Nós estamos parados. Já são mais de 17h30min, estamos desde as 15h no vota ou não vota, é legal ou não é legal. Dê uma oportunidade para o plenário, Presidente. O plenário decide, terminou e vamos para o voto. Não tem saída, nós estamos há muito tempo parados e, conseqüentemente, nós não vamos conseguir votar tudo isso aí. Conseqüentemente também, até nós voltarmos ao presencial. Resolução aqui, Resolução ali, nós temos que tocar, e o plenário, no meu entender, continua sendo soberano para decidir se a Constituição é maior do que uma Resolução. Resolução excepcional se sobrepõe a Lei Orgânica? Olha, pelo amor de Deus! Presidente, essa é minha opinião. Submete ao plenário, que é soberano.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cassiá. Mais alguém que queira se manifestar? (Pausa.) Não temos mais manifestações, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Temos três propostas. Simplificando, se é legítimo ou não nós continuarmos votando exclusivamente o que está sendo decidido, os vetos. O resto, se vão votar depois ou não, é outro problema. Nove projetos estão na Ordem do Dia hoje; se é legal, se é correto, se é certo, vamos votar; se não é correto, vamos parar e vamos ver o que vamos fazer. É mais ou menos assim. Se alguém tem alguma proposta diferente. O vereador líder do PT, inteligentemente, faz uma proposta que imediatamente modifica a Resolução. Isso implica no entendimento de que hoje nós estamos agindo em desconformidade com a Resolução, eu sou contrário, a gente respeita. Eu fico em dúvida do eu vou colocar em votação. Eu tinha pedido para o Ver. Paulo Brum ficar presidindo, porque ele é mais isento do que eu nesta hora, que eu me considero... (Problemas técnicos no som.) Eu estou dizendo que eu me dobro à decisão da Câmara, se entender que eu errei, eu errei com boa intenção, mas de boa intenção o inferno está cheio. Não tem problema nenhum, eu me dobro, só que deixo claro o seguinte: se eu errei aqui, nós vamos ter que ter um trabalho redobrado para tentar consertar logo ali adiante, porque, indiretamente, ela está determinando que nós não temos o que fazer. Não tem condições de fazer reunião presencial, ao mesmo tempo, não pode decidir sobre matéria que a Lei Orgânica determina que seja prioritária, então vamos dar uma parada, vamos descansar, vamos antecipar o recesso. É mais ou menos isso. Ver. Paulo, por gentileza, assumo os trabalhos porque eu sou parte... (Problemas técnicos no som.) ...já estou fazendo manifestação que não devia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Paulo Brum, posso dar uma sugestão?

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós teríamos dois caminhos apenas diante dos questionamentos que foram feitos: partimos para a verificação de quórum para a Ordem do Dia, ou, se entender que é melhor reavaliarmos a Resolução antes, então faremos um acerto entre os líderes para encerrar a sessão. São esses dois caminhos.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Eu vou optar, meu diretor, pela segunda proposição de Vossa Senhoria. Não vamos fazer a verificação para a Ordem do Dia, propondo a reunião com os líderes para esclarecermos todo esse processo de como vamos conduzir os trabalhos daqui para frente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Há acordo dos líderes? (Pausa.) O Ver. Dr. Goulart deseja se manifestar. (Pausa.) Vereador,

seu microfone está fechado, nós não estamos conseguindo abrir, eu acho que ele está fechado aí no seu aparelho.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Enquanto isso, vamos ouvir o Ver. Cassiá Carpes.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não vou contrariar o que a Mesa pensa, vai colocar com os líderes, mas tenho uma pergunta: embora os líderes decidam, essa decisão virá para o plenário para ser consolidada com o voto soberano do plenário?

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Com certeza, não tem nem que questionar, vereador. Qualquer decisão tem que ter, sem sombra de dúvida, a oitiva do plenário. O plenário é soberano.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Então eu concordo plenamente com essa decisão de Vossa Excelência.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Só temos que ver uma maneira de... Vamos ouvir as lideranças hoje ainda? Ou na reunião do Comitê de Crise? Não sei como fica agora. O Presidente decide? Eu decido?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O senhor pode decidir. Antes, vamos ver se o Ver. Dr. Goulart consegue fazer a manifestação dele. Ver. Dr. Goulart, pode abrir o seu microfone. (Pausa.) Não estamos lhe ouvindo, vereador.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Eu pergunto se o presidente da CCJ está conectado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Paulo Brum, tem dois pedidos de intervenção: do Ver. Ferronato e do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiramente, eu me coloco na tua posição, Paulinho, não vamos para a Ordem do Dia agora e vamos conversar mais para ver como é que podemos encaminhar isso. Acompanho a tua posição. Um abraço a todos vocês.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Perfeito, vereador. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Paulo Brum. Eu não sei quantos líderes estão presentes, nós poderíamos marcar um horário, pode ser

amanhã, segunda-feira de manhã ou segunda-feira de tarde, para nos reunirmos. Eu acho que hoje já está tarde, tarde no sentido de que o pessoal já está cansado para discutir esse importante assunto. Acho que é muito importante, eu concordo com V. Exa. que sejam ouvidos os líderes e encaminhada para o plenário uma decisão.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Perfeito. Eu pergunto se o Ver. Cassio Trogildo, presidente da CCJ, está conectado. Podemos ouvi-lo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Ver. Cassio, oriente-nos com sua sabedoria, por favor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Eu já fiz duas manifestações, eu estou com a mesma posição do Presidente, eu creio que não há ilegalidade nenhuma em se apreciar os vetos em função da Lei Orgânica e utilizando-se a ferramenta virtual, mas se existe dúvidas, eu acho que é melhor marcarmos reunião de líderes. Eu acho que a conclusão que chegaremos é a mesma, mas, quando existe dúvida, a postergação não é demais. Gastamos a reunião de hoje na tentativa de já entrarmos na avaliação dos vetos, eu não tenho dúvida que a reunião de líderes ou do Comitê de Crise vai chegar a essa conclusão que o Presidente chegou. Aquilo que não conseguimos, principalmente em momentos que estamos distanciados como é o momento agora, combinar antes acaba gerando dúvidas. As eleições estão chegando, estão todos com um pouco de medo de qual é essa proposição, e o Presidente não teve nenhuma outra intenção que não manter a Câmara trabalhando. Se não conseguirmos entrar na avaliação dos vetos, trabalhamos hoje aqui tratando, então, de uma forma de avaliarmos os vetos. Eu não tenho dúvida de que será de forma virtual, porque não temos condições de voltar presencialmente e que a Lei Orgânica é superior à Resolução, foi falado por vários aqui. Então não haveria, para a avaliação dos vetos, necessidade de alterar a Resolução. Mas se os vereadores, o plenário, os líderes decidirem que o melhor é, primeiro, alterar a Resolução e já avaliar os vetos, ficar pronto para dar continuidade, eu me somo também com a maior tranquilidade. Não podemos é parecer que não estamos trabalhando, porque nunca deixamos de trabalhar. Obrigado.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Eu acho que realmente agora, para nós entrarmos nos vetos, a hora está muito adiantada. Eu sugiro que amanhã mesmo o Comitê de Crise se reúna e estabeleça uma forma de trabalho imediatamente, já para segunda-feira, e resolva todas essas dificuldades. Nós estamos aqui três horas e não produzimos nada, desculpe, uma boa discussão, claro, uma tentativa de entendimento, mas acho que nós temos que encerrar esta sessão, convocar para amanhã

às 10h o Comitê de Crise, ou seja, líderes e Mesa Diretora, e decidirmos. Essa é a minha opinião.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Perfeito, vereador. Diretor, posso passar ao Ver. Reginaldo Pujol para que reassuma os trabalhos? (Pausa.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência está conduzindo muito bem, inclusive com isenção plena que lhe caracteriza, aliás, todos nós. A decisão que o conjunto chegar, eu estarei de acordo com ela.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Para não se alongar, sugiro uma convocação para segunda-feira às 15h, Comitê de Crise, líderes, para deliberar sobre essa matéria.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Concordo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Segunda-feira às 15h, então, uma reunião extraordinária do Comitê de Crise, líderes e a Mesa Diretora para deliberarmos sobre a continuidade dos trabalhos. Pergunto a todos se concordam. (Pausa.) Perfeito. Delego ao nosso Diretor Luiz Afonso que comece a elaborar uma maneira de equacionar a nossa Resolução para continuarmos este trabalho de apreciação dos projetos virtualmente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Ver. Paulo Brum. Então, por deliberação das lideranças e da Mesa, a presente sessão está encerrada.

(Encerra-se a sessão às 17h55min.)

* * * * *